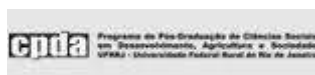


PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA UTF/BRA/083/BRA

NOVA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA – UMA NECESSIDADE

ELITES AGRÁRIAS, PATRONATO RURAL E BANCADA RURALISTA

**Profa. Regina Bruno
(CPDA/UFRRJ)**



Elites agrárias, patronato rural e bancada ruralista no Brasil.

Profa. Regina Bruno
CPDA/UFRRJ

O objetivo deste texto é analisar o perfil político do patronato rural e agroindustrial no Brasil com o intuito de entender a ação, a organização e a mentalidade dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindústrias, suas potencialidades e impasses históricos. A ideia central que orienta a nossa reflexão é a da existência de uma nova geração política no campo, formada e conformada pela modernização da agricultura e pelas transformações recentes da sociedade brasileira. Uma geração cujo traço é a ambivalência de práticas e de argumentos que se inscreve nos marcos de um pensamento conservador e se apresenta como parte de nossos bloqueios históricos (Martins) pois, ao mesmo tempo em que institui uma nova retórica de legitimação e novos padrões produtivos e de ação, atualiza ‘antigas’ concepções e velhas práticas políticas.

A modernização da agricultura e as transformações da sociedade brasileira, efetivadas nas últimas décadas, demandaram importantes mudanças na organização e representação de interesses de grandes proprietários de terra, empresários rurais e agroindustriais e na conformação de uma nova retórica de classe: há uma renovação, ampliação e diversificação dos espaços de representação patronal rural e agroindustrial; vemos o aparecimento de novos grupos e personagens políticos e novos adversários “da classe”; assistimos também à diversificação e redefinição de novos interesses, alianças e disputas internas pelo poder e pelo controle da hegemonia. Entretanto as disputas, divergências e contradições nunca se radicalizam porque eles têm clareza que a união acima das contradições e disputas é condição da dominação e conseqüentemente de sua reprodução social e política. Enfim, um patronato rural que desponta renovado e ampliado pelas políticas de incentivos fiscais do governo militar, e fortalecido pelas políticas públicas dos governos subsequentes.

A consolidação das cadeias agroindustriais e a diversificação produtiva também condicionaram várias mudanças no perfil político patronal rural e agroindustrial, como por exemplo a multiplicação de associações por produto e multiproduto; a criação de cooperativas empresariais ligadas ao sistema OCB ancoradas em um discurso voltado para a união de grandes, médios e pequenos produtores em torno de interesses comuns e a defesa de uma agricultura familiar orientada pela lógica da empresa-família, vista como fundamental à consolidação da modernização empresarial. Tais organizações vieram se somar ao sindicalismo patronal e às entidades tradicionais de representação e trouxeram significativas mudanças políticas como, dentre elas, i- a ampliação e diversificação dos espaços formais de

representação que algumas vezes ultrapassam os limites do rural como é o caso a Associação Brasileira de Agribusines (ABAG); ii- a presença cada vez maior de representantes patronais rurais no Congresso Nacional e instancias do Estado predominantemente aquelas ligadas à agricultura; iii- a criação de bancadas suprapartidárias; iv- a intensificação da disputa pela hegemonia; v- o incentivo à formação novas lideranças; vi- as mobilizações e manifestações de rua nacionais ou regionais (Tratoração; Movimento Vistoria Zero, etc.); vii- o uso da mídia e do marketing voltado para a construção da imagem publica; viii- a instituição de novos campos de conflitividade relacionados com as práticas de trabalho escravo e/ou degradante e a questão do meio ambiente; ix- o imperativo de um maior reconhecimento político e a necessidade de visibilidade social perante o Estado e a sociedade e o despontar do agronegócio como força hegemônica. E, finalmente, x- a instituição de uma nova retórica de legitimidade e de poder que traz consigo novas e velhas significações, demandas e interesses historicamente enraizados e que procura projetar a imagem de um patronato rural liberal, afeito ao livre mercado, orientando-se segundo modernos padrões de rentabilidade e competitividade, mas que responde de modo conservador às demandas por direitos dos trabalhadores rurais e populações tradicionais no campo. Enfim, um novo momento de um processo mais abrangente de crise e de renovação da representação que ganhou uma maior visibilidade com a Nova República. (Bruno, 1987, 2002; Graziano, 1985; Gomes, 1986; Heinz, 1991 Mendonça,2010).

Diferentemente de outras categorias sociais, um dos traços dos grandes proprietários de terra, empresários rurais e agroindustriais é a multirrepresentação. Nessa perspectiva, uma mesma pessoa ou grupo empresarial faz-se é membro da estrutura sindical legal patronal (Confederação, Federação e sindicatos); encontra-se filiada à ABAG; faz parte do sistema OCB; é associada a uma ou mais associações por produto e multiproduto. E quando se sentem ameaçados participam ativamente dos inúmeros grupos de defesa da propriedade. Além de atuarem ativamente nas religiosas e redes sociais que amiúde transformam-se em espaço da política (Maçonaria, Lyons, etc.). Enfim, eles têm muito claro a importância da organização na construção de uma “consciência comum” dos problemas, na identificação dos caminhos para sua superação e na defesa de bandeiras e pleitos. Organização como pertencimento a um grupo social, a uma proposta. Enfim, organização como um dos caminhos na construção da hegemonia política e na luta pela direção (Gramsci:1972).

I-A representação de interesses

O modo como grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindustriais atuam e se organizam em defesa de seus interesses nos permite pensar a representação como um processo que agrega diferentes dimensões. Representação entendida espaço de sociabilidade e de construção de uma retórica de identidade, de legitimidade e de reprodução social e política, e concebida como espaço privilegiado de intensificação dos laços sociais que une reciprocamente as classes e grupos patronais rurais e agroindustriais e como lugar de reafirmação de valores, de construção projetos de vida, da identificação dos adversários e dos aliados e, ainda, da renovação e atualização de práticas sociais, culturais e políticas. Nessa perspectiva suas elites e porta-vozes procuram apropriar-se de propostas socialmente reconhecidas e legitimadas como, por exemplo, “segurança alimentar”, “preservação ambiental”, “responsabilidade social”, “desenvolvimento sustentável” e as transformam em palavras políticas e objeto de disputa. (BRUNO, SEVÁ, CARNEIRO, 2008)

Há um intenso debate na definição das prioridades e sobre qual modelo de representação seria o mais adequado. Seus porta-vozes defendem a necessidade de profissionalização da representação e a substituições, nas direções das organizações, dos representantes diretos da classe por intelectuais orgânicos e técnicos qualificados. Indagam-se quem priorizar, o líder corporativo e classista ou o líder político? A entidade ou o indivíduo? O olhar técnico ou o olhar político (op. cit, 2008). Algumas entidades, como a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), avaliam que não basta incluir nomes representativos de todos os elos das cadeias agroindustriais, a presença de “nomes de peso”, e de “pessoas de prestígio” nas diretorias e conselhos das organizações de representação é igualmente importante e muitas vezes definidor do modo de agir e gerir (op. cit 2008). Pessoas com capital político (Bourdieu) , conhecedores dos corredores do poder. Outras, como o Movimento Nacional dos Produtores (MNP) tendem a priorizar as entidades tradicionais de representação como a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Associação Brasileira de Gado Zebu (ABCZ) e o sindicalismo patronal representado pela Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA) por assegurarem a representatividade e o respaldo legal mais amplo. E a figura do líder ocupa um lugar especial na reflexão sobre o processo de representação. Dentre seus principais atributos destacam-se, a capacidade de “dar um rumo; conseguir aglutinar pessoas e entidades com interesses diferenciados e situar-se à frente de sua geração; além de seu tempo; manifestações, organização de ações coletivas, o poder de conduzir, controlar as paixões da massa e saber finalizar” [op.cit 2008:13]

Entretanto são inúmeras as tensões existentes entre a estrutura sindical corporativa e o cooperativismo empresarial em torno do debate sobre representação corporativa. O sistema sindical é visto, “como um resquício de práticas e relações assistencialistas” em contraposição o cooperativismo e o associativismo são considerados a alternativa de modelo de organização política para o *setor* que precisa de representantes legítimos e diretamente vinculados a interesses específicos e muitas vezes divergentes entre si”. (Bruno, Sevá, Carneiro,2008: 13)

II- Principais traços da retórica patronal

Diferentemente de outras situações históricas não existe no Brasil uma contradição entre a renda da terra e o capital. O que predomina é a união da força “modernizadora e transformadora” do capital com a “força conservadora e rentista” da propriedade, diz José de Souza Martins (Martins,2011) para quem nenhum pacto político foi feito neste país sem a presença da grande propriedade fundiária. Tal situação vai imprimir um determinado perfil do discurso e da ação coletiva dos grandes proprietários de terra e empresários agroindustriais, expressos, sobretudo, pelo arcaísmo político e pelo entrelaçamento de práticas tradicionais e modernas que alimentam e são alimentado por “códigos de conduta e sentimentos intrinsecamente ligados ao lugar social, ao contexto histórico e também à experiência de cada um, criados nas tradições de um código desigual, elitista, no qual a realização de interesses próprios significa o principio fundamental de suas condutas” [Elias,1997:134]

A propriedade da terra como direito natural e absoluto.

Predomina junto o patronato rural e agroindustrial a visão de propriedade da terra como direito natural e absoluto pairando acima da sociedade. Predomina também o argumento de que para ser moderno é necessário ser grande. Ou seja, a escala como elemento chave da legitimação ideológica, transformando-se em exigência e encobrimdo o caráter conservador da modernidade expresso na defesa do monopólio e da concentração fundiária. A defesa da propriedade latifundista da terra é, seguramente, a única bandeira que une todos os grupos e setores patronais rurais e agroindústrias, supera as disputas, neutraliza as divergências e as diferenças existentes e permite a organização da classe e a identificação dos adversários.

Recentemente, os porta-vozes do patronato rural e agroindustrial, em nome do agronegócio, alegam que estamos vivendo uma nova fase de desenvolvimento rural

caracterizada pela perda do valor estratégico da terra como fator de produção. Segundo eles, a tecnologia tornou-se mais importante que o trabalho e a terra. Conseqüentemente, estaríamos vivendo um tempo de mudança no direito de propriedade, advinda, sobretudo das transformações sociais nos anos recentes como, por exemplo, a escassez de recursos hídricos. Eles reivindicam a necessidade cada vez mais premente de defesa do direito de propriedade diante das tentativas de captura e da proteção do Estado. Um direito que deveria ser pensado para além da propriedade privada da terra e que englobasse outros modos de domínio comum, em uma clara alusão às lutas pela defesa do território das populações tradicionais (quilombolas) e povos indígenas. E se unem na defesa da terra mercantil, “terra como se fosse uma mercadoria qualquer” (DELGADO) negando, assim, o conceito de terra como um bem social, reivindicado pelos movimentos de luta por terra, introduzido no Estatuto da Terra e referendado na Constituição de 1988.

O debate sobre o Novo Código Florestal, a existência de uma questão agrária no Brasil e suas novas significações advindas das lutas dos povos e populações tradicionais e a ideia de território tiraram da gaveta e atualizaram os argumentos em torno da defesa da manutenção do padrão fundiário existente no Brasil acirrando, assim, a disputa pela apropriação e controle da terra e do território desses povos e grupos sociais no campo. E tudo o que possa limitar os seus privilégios é considerado como prejudicial à produção, em particular as medidas diretamente ligadas à estrutura de propriedade da terra. Por exemplo, para Luis Carlos Heinze (PP-RS) importante liderança parlamentar da bancada ruralista, considerar áreas de várzea como APP afetara a produção de arroz¹.

Interesses patronais rurais concebidos como interesse de todos

Um dos exemplos emblemáticos da tentativa de transformar os interesses patronais em interesse de toda a sociedade é o Movimento Sou Agro que despontou na mídia em meados de 2011 como necessidade de fabricação de uma “imagem moderna” para afastar a identificação negativa que associa agronegócio à destruição do meio ambiente e depredação das florestas.

A construção da imagem do agro, pretendida pelas elites patronais rurais e do agronegócio e objetivada no Movimento Sou Agro, busca ampliar indefinidamente a concepção de agro a todos os agentes e processos sociais da sociedade, comprometendo-os e conseqüentemente se desresponsabilizando por possíveis problemas e impasses existentes.

¹ <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2012/10/ruralistas-ameacam-retaliar-governo-por-quebra-de-acordo-no-codigo-florestal-3923076.html>.

Enquanto artifício de comprometimento de todos e como imperativo do engajamento em favor do agronegócio, o movimento Sou Agro busca ligar os pressupostos de suas argumentações a um fundamento normativo suscetível de mobilizar ideias em comum e alcançar os indivíduos em seus contextos particulares –a “agroestudante”, a “agromãe”, o “agrochef”, o “agrotaxista”, o “agroator”, “agrocidadão”, “agrogente”, “agrofamília”, o “agrobrasileiro”, que se senta diariamente à mesa para fazer suas refeições, o “agroprodutor”, que desde a pré-história leva o alimento até à mesa do ser humano”. "O mundo não vive sem agricultores, são eles que alimentam a nação, o planeta. “Então, a próxima vez que encontrar um agricultor experimente dizer obrigado”.

Sou Agro simboliza, então, o princípio da universalização. Todos são agro, e se ainda não o são, deveriam sê-lo, dizem seus porta-vozes. A abrangência da noção de agro é parte de um *habitus* de classe, que consiste em considerar seus interesses como se fossem de toda a sociedade. Se na década de 1960 as elites rurais defendiam um “Brasil vocação agrícola”, o agronegócio apregoa que “o planeta é agro”, basta apenas reconhecermos esta realidade. Como veremos, são valores “inseparáveis da relação com a linguagem e com o tempo (...) que funciona como materialização da memória coletiva” (BOURDIEU, 2009:90).

Outro estratagema das elites patronais representadas pelo Movimento Sou Agro é vincular o imperativo da produtividade em nome da necessidade de produção de alimentos à preservação do meio ambiente, como se fossem processos indissociáveis e indiferenciados, assim garantindo a continuidade de um processo de desenvolvimento até agora implementado: excludente, concentrador de terras e condicionador do meio ambiente aos interesses do capital. Por fim vemos a elegia ao “produtor rural empreendedor” e ao empresário do agronegócio como artifício em defesa da retidão de seus propósitos, com o fito de desfazer a imagem de devastadores do meio ambiente. Na linguagem e mensagens veiculadas pelo movimento abundam elogios ao produtor do agro referentes ao “afinco” no trabalho, à “ética” e ao “otimismo” demonstrado mesmo nas situações mais desfavoráveis. Os produtores são concebidos como pessoas “surpreendentes”, pois conseguem, ao mesmo tempo, ser agrônomos, conservacionistas, meteorologistas e economistas. São “admiráveis” porque conseguem reter em suas mentes conhecimentos sobre leis, impostos, pragas, commodities, taxa de câmbio, chuva, granizo e geadas e mesmo assim ser competitivos. Diz o vídeo da Basf² “O mundo não vive sem agricultores, são eles que alimentam a nação, o planeta. Então, a próxima vez que encontrar um agricultor experimente dizer obrigado”.

². (www.andef.com.br/home)

Marcas da ostentação

Diferentemente de outros grupos socialmente dominantes, grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindustriais e suas elites são particularmente afeitos à ostentação e a autovalorização de si. Como parte da formação de um *habitus* vemos a representação de si como “pioneiros” cuja missão e vocação consiste na defesa dos valores civilizatórios da tradição. Como parte da formação de um *habitus* vemos a representação de si como “pioneiros” cuja missão e vocação consiste na defesa dos valores civilizatórios da tradição.

Há uma busca constante pelas chances de prestígio e de poder e hoje os símbolos de ostentação é a hilux e o avião particular, Sentem necessidade de falar sobre a superioridade moral dos costumes e a respeitabilidade. Ou se autodefinirem como os desbravadores do país – expressão da civilização.

O principio da exclusão

Vemos, um patronato rural e agroindustrial formado e conformado, sobretudo pelo principio da exclusão social e política dos trabalhadores rurais e das populações pobres no campo. Um dos traços do principio da exclusão é a desqualificação e a negação do outro, expressas, sobretudo, pela lógica da incapacidade e do despreparo e a recusa à alteridade. Os trabalhadores rurais são considerados incapazes para assumir a nova tecnologia do agronegócio. Ou então, quando reconhecidos como capazes, são vistos como despreparados. Além disso, em inúmeras situações, o outro só existe como continuidade e semelhança do padrão – herança do regime de moradia. Nessa perspectiva, argumentam ao serem indagados sobre os trabalhadores rurais que vivem em condições precárias: Eles “não tem iniciativa”. “Contenta-se com pouco”. “Não quer acumular”. “Não tem cultura de poupança, ganha e gasta tudo”. É um dos traços do regime de moradia atualizado lógica da acumulação capitalista hoje.

A face cruel da exclusão do outro é sua eliminação física, é a violência como prática de classe e a imensa dificuldade de sentar-se à mesa para negociar. No imaginário social os grandes proprietários de terra, mas não exclusivamente eles, são representados com uma arma na cintura e suas milícias, pensados como. E durante a Nova Republica o então presidente da Federação da Agricultura de São Paulo afirmou na grande imprensa, “se é para imolar gente que comecemos logo”.

III-A Bancada ruralista

A organização, cada vez mais presente, de parlamentares em frentes suprapartidárias reflete um processo de **institucionalização** de interesses e contribui para a reprodução política do patronato rural e agroindustrial no Brasil. A Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) mais conhecida como Bancada ruralista, é uma das expressões políticas desse processo. Herdeira da União Democrática Ruralista, a UDR, organização patronal que despontou na segunda metade da década de 1980 juntamente com o fortalecimento das lutas por terra, pela reforma agrária e conjuntura de debates sobre a Constituinte de 1988, a bancada ruralista é considerada por muitos como uma das principais forças políticas suprapartidária do Congresso Nacional. Ela **agrega** prioritariamente grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindustriais e parlamentares representantes de estados em regiões de conflitos de terra e nas áreas de novas fronteiras agrícola. Reúne também parlamentares identificados com uma visão de mundo conservadora.

Três aspectos demarcam a construção da autoimagem dos ruralistas organizados na Bancada: i- a ênfase na força política e no potencial de organização e de mobilização de seus membros; ii- o empenho em apresentar-se como um grupo homogêneo e unido em torno de seus pleitos e demandas e iii- o argumento de que não necessitam de alianças e de acordos dos demais parlamentares quando os seus interesses e de classe estão na pauta política. São artifícios políticos que os seus integrantes lançam mão e contribuem para a visão de si e do outro e reorienta práticas, contribuindo, assim, para o próprio fortalecimento da Bancada.

As suas ações sinalizam para uma grande identidade de interesses e propósitos: são fieis às orientações da bancada; ativos nos momentos em que se faz necessário mobilizar-se. A maioria sente orgulho de fazer parte de um agrupamento considerado por muitos como o mais eficiente do Congresso Nacional. O “parlamentar modelo”, segundo eles, é aquele que aposta na lealdade com o grupo e não necessariamente a lealdade com a legenda política. De fato, dependendo da conjuntura, as Frentes Parlamentares podem apresentar-se mais fortes do que as bancadas partidárias. “Grupos que unem oposicionistas e governistas, as frentes parlamentares podem ter mais peso do que as bancadas de partido nas votações no Congresso, afirma Flecher³ Entretanto, apesar das tensões e conflitividades existentes, há sempre uma busca pela negociação entre as partes, pois ambas, Bancadas e Partidos Políticos sabem que

³ FLEISCHER, David. “A força das bancadas” <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-antiores/945-a-forca-das-bancadas-segundo-david-fleischer>, 2006

necessitam um do outro no jogo da grande política institucional. Dentre os ruralistas mais expressivos temos, em primeiro lugar, os “históricos”, Ronaldo Caiado, Flavio Heinze, Abelardo Lupion, Nelson Markezelli-PTB/SP. Ligados questões regionais a bancada do Nordeste volta-se prioritariamente para demanda por políticas públicas relacionadas à seca e a necessidade de recursos hídricos.

Seus membros não são um mundo à parte, encontram-se enraizados em redes de sociabilidades, política, religiosa, gremial e familiar. Suas trajetórias passam por cargos nas prefeituras municipais, secretarias de estado. Muitos foram vereadores e deputados estaduais. A força da Bancada ruralista decorre também de um intenso processo de enriquecimento e seus membros.

Hoje seus principais adversários são as ONG internacionais ligadas ao meio ambiente e os povos e populações tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, faxinais, dentre outros)

Num primeiro momento os parlamentares ruralistas atuaram como um grupo informal e diretamente ligado aos propósitos e práticas da UDR. Sua principal preocupação eram as ocupações de terra e mobilizações em favor de uma reforma agrária e da implementação do PNRA durante a Nova Republica. Esse período e a conjuntura de debate da Constituinte de 1988 marcam a presença de uma força política extraparlamentar atuando ativamente no Congresso Nacional. A grande imprensa nos informa Ronaldo Caiado, pela UDR e Roberto Rodrigues pela FAAB nas salas das comissões parlamentares escrevendo as propostas que seriam encaminhadas por deputados e senadores constituintes. Posteriormente, se constituíram em bancada. A partir de 2008 há uma decisão de ampliar participação na grande política institucional e de fazer-se presente no maior numero de comissões com vista a ampliação o a como ampliação da área de influencia política e a possibilidade de orientar e controlar os debates e negociações. Os parlamentares ruralistas: possuem um reduto eleitoral bem definido nas áreas rurais a pouca dispersão de votos; via de regra os financiadores de campanha fazem parte do grupo social do parlamentar e, conseqüentemente, há uma grande identidade de interesses.

A radicalidade e intolerância diante de questões que dizem respeito ao regime de propriedade da terra é a marca do patronato rural e dos ruralistas organizados na bancada. Durante o debate sobre o Novo Código Florestal Homero Pereira (PSD-MT) considerou as

modificações efetuadas pela presidenta Dilma como “um golpe do Palácio do Planalto⁴ e afirmou que eles (os ruralistas) não irão tolerar tal postura. Houve desrespeito e (o governo) irá “levar o troco” avisa, Luiz Carlos Heinze. Contudo, a retaliação não necessariamente se efetiva em atos e posturas. Entretanto, tudo vai depender da interveniência de vários fatores e prioridades políticas. Discorrendo sobre os embates no debate do Novo Código Florestal David Fleischer (UnB), argumenta que apesar das ameaças, a bancada ruralista mostra sinais de divisão pois boa parte dos deputados consideraria ter questões mais importantes a tratar com o governo daqui para frente. Assim, diz ele, as promessas de retaliação não conseguiriam dificultar votações de interesse do governo⁵.

Historicamente, momentos de debate em torno de questões relacionadas às regras da propriedade fundiária, são também momentos de maior crescimento e fortalecimento político do patronato rural e agroindustrial e dos ruralistas organizados ou não em bancadas. Foi o caso do debate sobre I PNRA em 1985 e, posteriormente nos embates e votações sobre o direito de propriedade durante a Constituinte de 1988. Foi o caso do debate e votação sobre o novo Código Florestal.

A natureza suprapartidária das bancadas é considerada por alguns como a principal responsável por sua força política, sobretudo nas situações de fragilidade do governo federal, como foi o caso da votação do Novo Código Florestal. “Nem governo, nem oposição, o que contou pontos decisivos para a aprovação da lei ambiental e para a substituição do kit anti-homofobia foram as forças de articulação das bancadas ruralista e evangélica. Com as alas suprapartidárias fortalecidas, dizem especialistas, podemos esperar um congresso conservador para temas como o confisco de terras utilizadas para trabalho escravo, a descriminalização do aborto, além dos pontos mais polêmicos discutidos pela reforma política, como a cota para mulheres no Parlamento” (Diap)⁶.

Ainda segundo Antônio Queiroz, analista político do Diap, a “fragilidade momentânea do governo revelou um poder que as bancadas tinham perdido em função das amarras impostas pela fidelidade partidária. Por isso, conseguiu segurar temas conservadores, como o kit anti-homofobia” (Diap). Entretanto para Fleischer um dos motivos imediatos da força

⁴ <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2012/10/ruralistas-ameacam-retaliar-governo-por-quebra-de-acordo-no-codigo-florestal-3923076.html>

⁵ “Ruralistas ameaçam retaliar governo por quebra de acordo no Código Florestal” <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2012/10/ruralistas-ameacam-retaliar-governo-por-quebra-de-acordo-no-codigo-florestal-3923076.html>

⁶ http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17212:reacao-conservadora-no-congresso-bancadas-ruralista-e-evangelica&catid=35:agencia-diap&Itemid=206

conservadora é o fato de o próprio governo ter decidido pautar temas polêmicos no início do mandato.

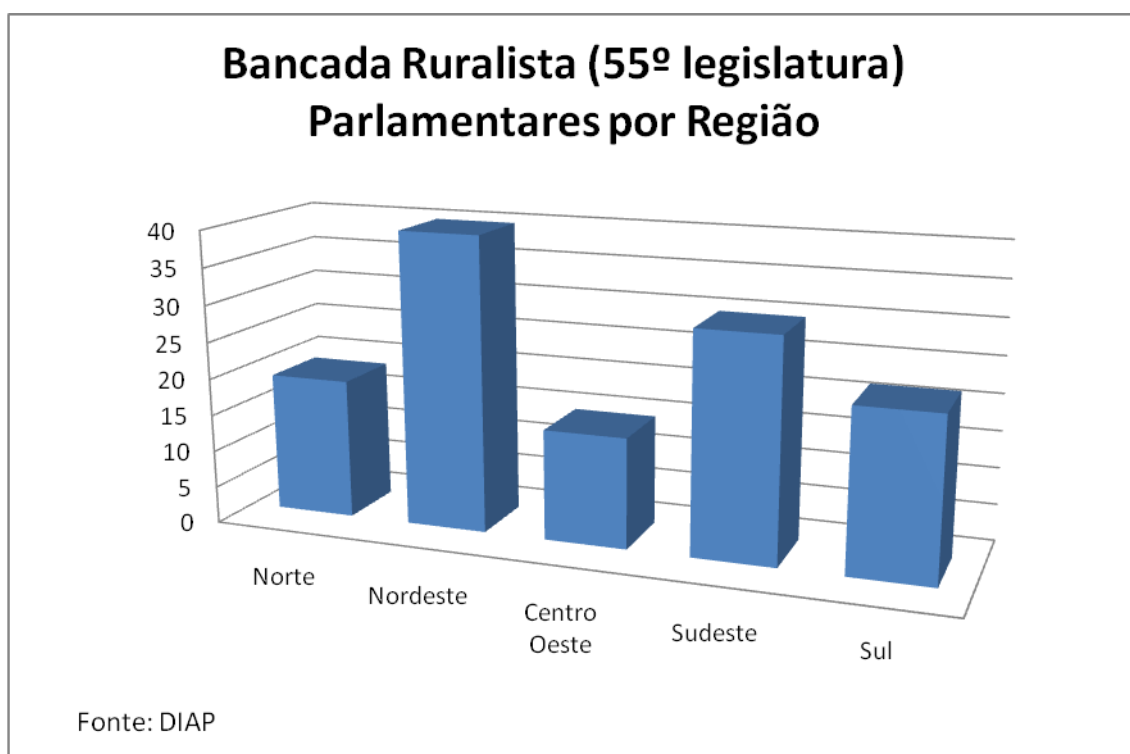
Há uma proximidade entre ruralistas e evangélicos no Congresso Nacional que nos remete à origem da bancada e ao debate da Constituinte de 1988. Naquele momento eles se abrigavam num só espaço, o da bancada ruralista e só recentemente os evangélicos, fortalecidos, conseguiram se organizar enquanto bancada. Em comum aos dois grupos, uma mesma concepção de mundo alimentada por um pensamento conservador, contra determinadas demandas e direitos sociais. “As duas bancadas conseguiram travar temas como a PEC do trabalho escravo, a profissionalização da prostituição e alteraram substancialmente projetos como o próprio Código Florestal e a nova Lei de Adoção”⁷.

Evidentemente que a ação da bancada ruralista no Congresso Nacional não se limita tão somente à defesa e proteção do monopólio fundiário e a temas relacionadas à agricultura e seus interesses corporativos como a demanda por crédito, o perdão da dívida, etc. Desde a sua criação ela sempre procurou impedir a aprovação de todo e qualquer projeto de lei ou proposta ligada a ampliação de demandas sociais, a melhoria das relações de trabalho e questões ligadas a valores. É grande o número de entidades parceiras que participam de reuniões técnicas, nas quais são apresentadas e debatidas propostas e que dão subsídio e apoio às estratégias que norteiam o trabalho dos parlamentares. Dentre as mais significativas temos: ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio ABCS - Associação Brasileira de Criadores de Suínos ABCZ - Associação Brasileira dos Criadores de Zebu ABIOVE - Associação Brasileira da Indústria de Óleo Vegetal ABRAF - Associação Brasileira de Florestas Plantadas ABRAISCA - Associação Brasileira das Empresas Fabricantes de Iscas Inseticidas ABRAMILHO - Associação Brasileira dos Produtores de Milho ABRAPA - Associação Brasileira dos Produtores de Algodão AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil AGROBIO - Associação de Empresas de Biotecnologia na Agricultura e na Agroindústria AMPA - Associação Matogrossense dos Produtores de Algodão ANAPA - Associação Nacional dos Produtores de Alho ANDEF - Associação Nacional de Defesa Vegetal ANFALPET - Associação Nacional dos Fabricantes de Alimentos para Animais de Estimação APCACAU - Associação dos Produtores de Cacau APROSOJA BRASIL - Associação dos Produtores de Soja do Brasil ASSOCITRUS - Associação Brasileira de Citricultores CITRUS

⁷ http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17212:reacao-conservadora-no-congresso-bancadas-ruralista-e-evangelica&catid=35:agencia-diap&Itemid=206

BR - Associação Nacional de Exportadores de Sucos Cítricos CNA - Confederação Nacional da Agricultura IBRAC - Instituto Brasileiro da Cachaça IBRAF - Instituto Brasileiro de Frutas OCB - Organização das Cooperativas do Brasil ORPLANA - Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil SINDIRAÇÕES - Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal SRB - Sociedade Rural Brasileira UBABEF - União Brasileira de Avicultura UNICA - União da Indústria da Cana-de-açúcar, dentre outras. DE um modo ou de outro e dependendo do momento todas interpelam e negociam com a bancada.

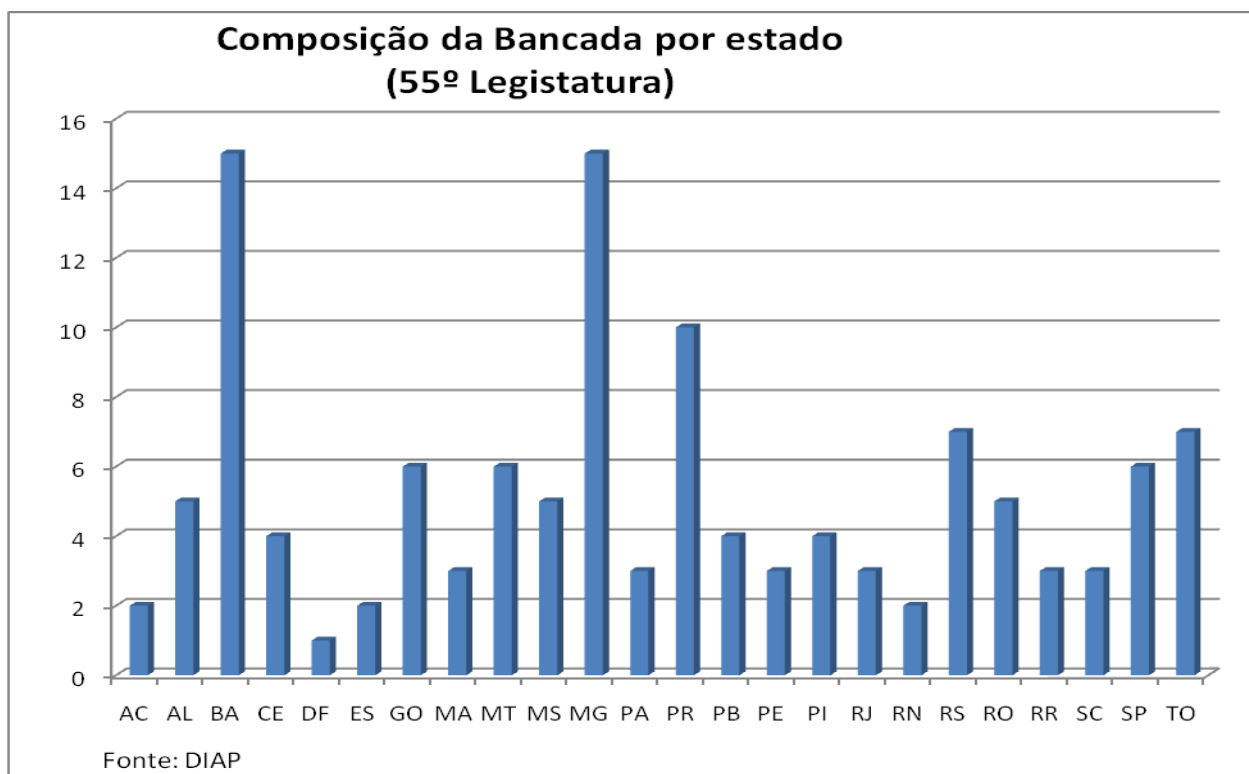
Bancada Ruralista 55º legislatura



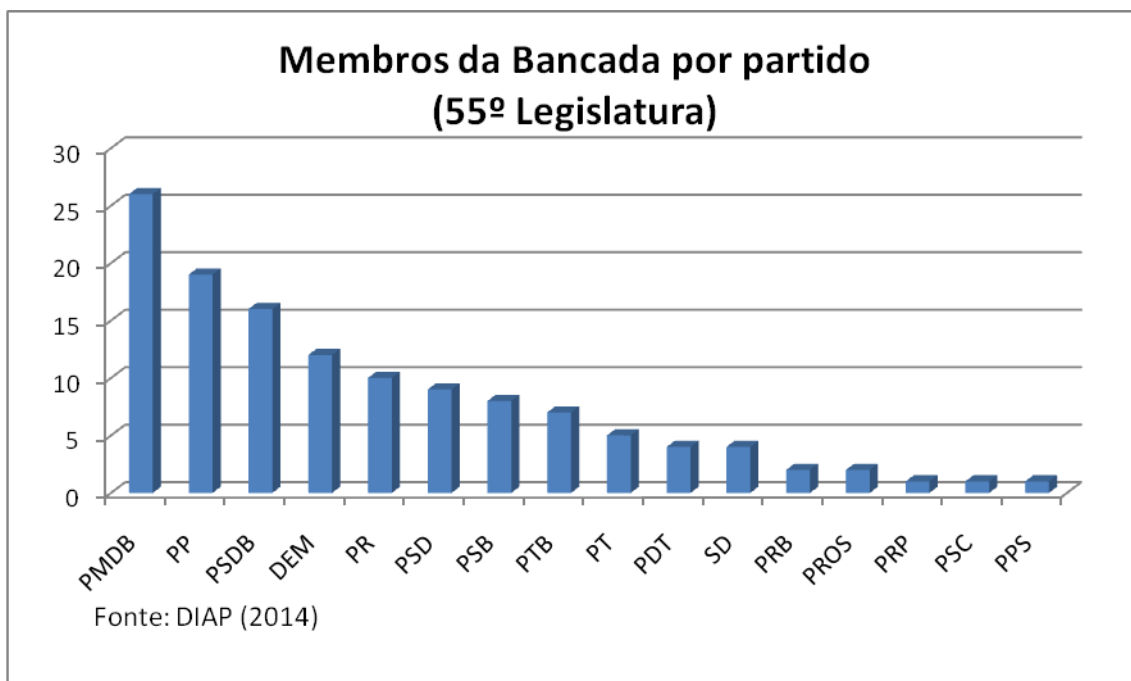
Há uma concentração de representantes da região Nordeste (40). De um modo geral, com algumas exceções⁸, são bancadas compostas quase exclusivamente por parlamentares sem grande expressão nacional. São políticos voltados para demandas regionais e tendem a pensar a região, seus problemas, necessidades e demandas, como lugar de reprodução política e como garantia da condição de parlamentar.

⁸ Por exemplo, Eunício Oliveira-PMDB/CE.

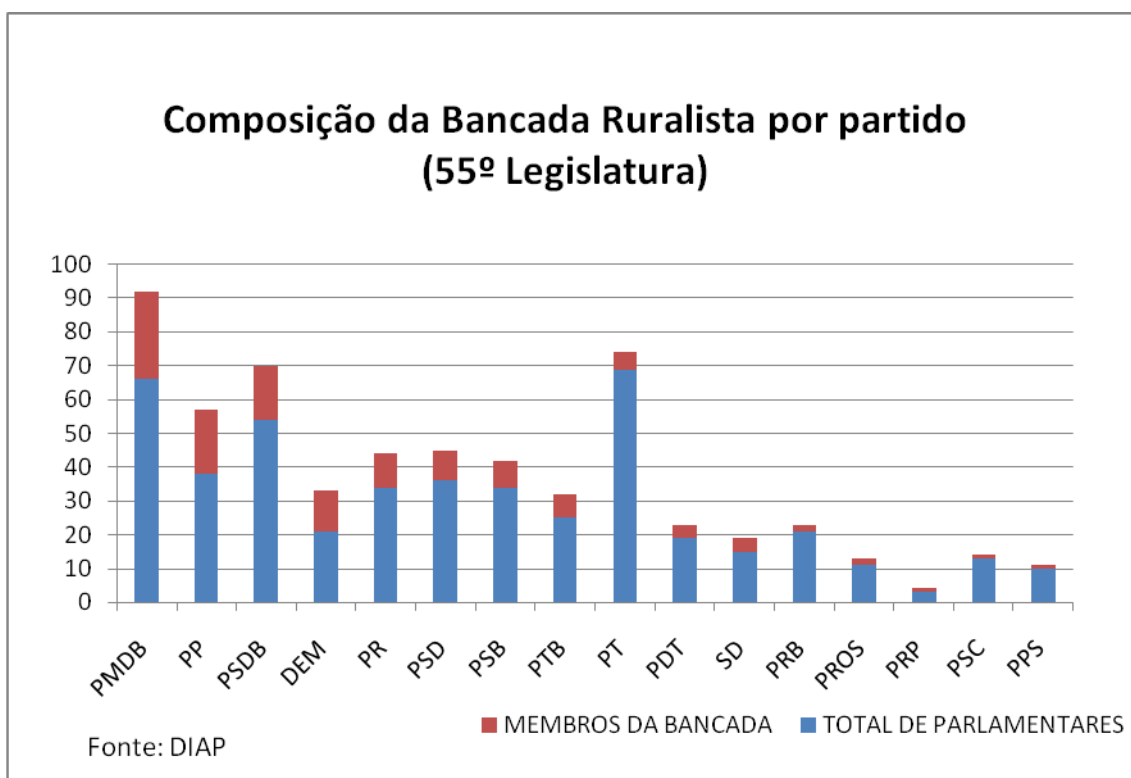
Em segundo lugar temos o Sudeste (30) e em terceiro o Sul (22), regiões onde se encontram concentrados os ruralistas com maior expressão nacional. Finalmente o Centro-Oeste (15), área de fronteira agrícola e região do agronegócio.



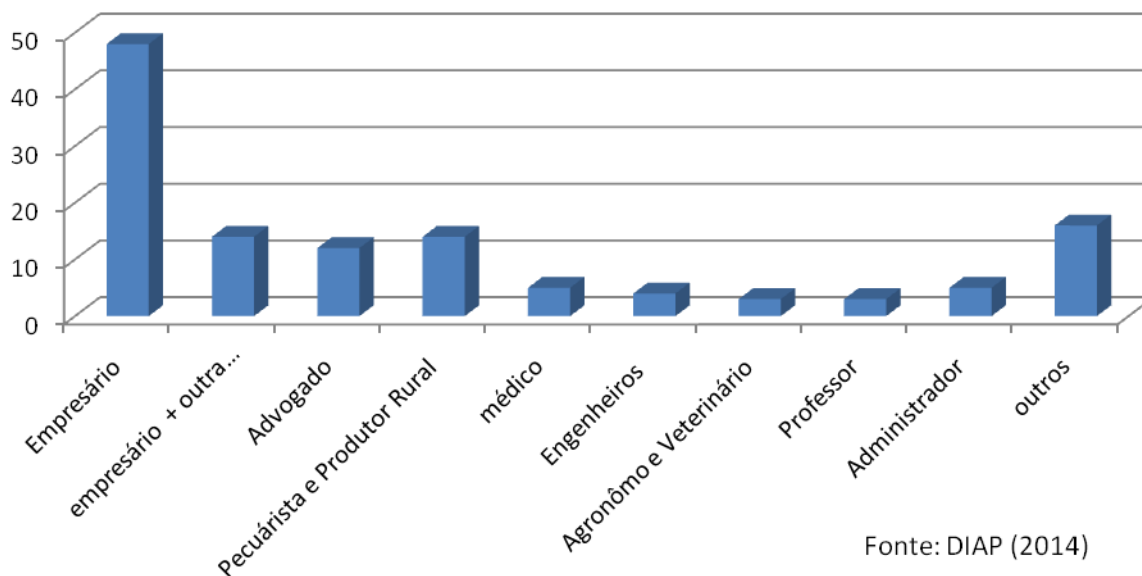
Todos os estados da federação e o DF têm pelo menos um representante na Frente Parlamentar da Agropecuária. Minas Gerais e Bahia têm o maior número de membros, com 15 integrantes respectivamente, seguido do Paraná com 10. Tocantins e Rio Grande do Sul têm cada um, 07 parlamentares pertencentes à bancada ruralista. Os estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso têm respectivamente 06 parlamentares. Alagoas, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Rondônia possuem cada um 05 parlamentares ruralistas. Os demais estados possuem de 01 até 04 parlamentares identificados como a bancada ruralista. Acre (02), Ceará (04), Espírito Santo (02), Paraíba (04), Pernambuco (03), Piauí (04), Rio de Janeiro (03), Rio Grande do Norte (02), Roraima (03) e Distrito Federal (01)



Do ponto de vista da filiação partidária, o PMDB (26), historicamente enraizado em todo o território nacional, desponta em primeiro lugar, seguido pelo PP (19). Um segundo plano é representado pelo PSDB (16), o DEM (12) e o PR (10). Num terceiro plano temos o PSD (09), o PSB (8), o PTB (07) e o PT (05). Compondo o quarto plano temos o PDT e o SD com (04) respectivamente. Quanto aos demais partidos políticos vemos o PRB e o PROS com (02) cada um. O PRP, o PSC, o PPS, com (01) parlamentar cada um.



Profissão dos membros da Bancada Ruralista (55ª legislatura)



Com relação à profissão, atualmente, por força, talvez, da hegemonia do agronegócio, há uma grande concentração de parlamentares que se autoidentificam como empresários (49) ou empresários e outras atividades (15) mas quase sempre atividades afins⁹. Em segundo lugar, os parlamentares advogados (12) Em terceiros os agropecuaristas (10) em quarto administradores de empresa (5). Em quinto lugar, médicos e engenheiros, respectivamente (4).

⁹ Por exemplo, empresário e produtor rural, empresário e agropecuarista, empresário e agricultor . Alguns se autoclassificam como empresário e médico.

Bancada Ruralista -55º Legislatura (2015-2019)

ACRE – 02

- Cesar Messias (PSB/AC) - pecuarista
- Flaviano Mello (PMDB/AC) - engenheiro Civil

ALAGOAS - 05

- Arthur Lira (PP/AL) - agropecuarista e empresário
- Givaldo Carimbão (PROS/AL) - comerciante
- Pedro Vilela (PSDB/AL) - advogado
- Benedito Lira (PP/AL) - advogado [senador]
- Renan Calheiros (PMDA/AL) - produtor rural, advogado [senador]

BAHIA - 15

- Antonio Imbassahy (PSDB/BA) - engenheiro eletricitista
- Arthur Oliveira Maia (SD/BA) - advogado
- Benito Gama (PTB/BA) - advogado
- Claudio Cajado (DEM/BA) - advogado
- Felix Mendonça Junior (PDT/BA) - administrador Empresa
- João Bacelar (PR/BA) - empresário
- Jose Carlos Araujo (PSB) - administrador
- José Rocha (PR/BA) - empresário e médico
- Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) - cacauicultor/pecuarista
- Paulo Azi (DEM) – administrador de empresas
- Paulo Magalhães (PSD/BA) - administrador de empresas
- Roberto Brito (PP/BA) professor universitário
- Ronaldo Carletto (PP/BA) - empresário
- Sergio Brito (PSB/BA) - empresário
- Otto Alencar- (PSD/BA) - médico [senador]

CEARÁ - 04

- Genecias Noronha (SD/CE) – empresário
- Anibal Gomes (PMDB/CE) - empresário
- Arnon Bezerra (SD/CE) - médico e empresário
- Eunício Oliveira –PMDB/CE- empresário [senador]*

DISTRITO FEDERAL - 01

- Fraga (DEM/DF) – policial militar

ESPIRITO SANTO - 02

- Manato (SD/ES) - empresário e médico
- Paulo Foletto (PSB/ES) - empresário e médico

GOIAS – 06

- Magda Mofatto (PR/GO) - empresária
- Roberto Balestra (PP/GO) – empresário*
- Heuler Cruvinel (PSD/GO) - empresário
- Lucia Vania (PSDB/GO) – jornalista, professora [senadora]
- Ronaldo Caiado (DEM/GO) - médico, produtor rural [senador]*
- Wilder Moraes (DEM/GO) - empresário [senador]

MARANHÃO - 03

- Juscelino Filhos (PRP/MA) - médico
- Pedro Fernandes (PTB/MA) – engenheiro civil, bancário
- Ze Carlos (PT/MA) – engenheiro civil

MATO GROSSO - 06

- Carlos Bezerra (PMDB/MT) - industrial
- Valtenir Pereira (PROS/MT) - defensor público
- Blairo Maggi (PR-MT) - empresário [senador]*
- Wellington Fagundes (PR-MT) - empresário [senador]

MATO GROSSO DO SUL – 05

- Marcio Monteiro (PSDB/MS) - pecuarista
- Tereza Cristina (PSB/MS) – empresária, engenheira agrônoma
- Vander Loubet (PT/MS) - bancário
- Simone Tebet PMDB/MS advogada [senadora]

MINAS GERAIS - 15

- Adelmo Leão (PT/MG) – médico, prof. Universitário
- Aelton Freitas (PR/MG) - produtor rural, empresário
- Bilac Pinto (PR/MG) – advogado, empresário
- Bonifacio Andrada (PSDB/MG) – advogado, prof. universitário
- Carlos Melles (DEM/MG) – empresário*
- Dimas Fabiano (PP/MG) - empresário
- Domingos Sávio (PSDB/MG) - médico empresário
- Luiz Fernando Faria (PP/MG) - empresário
- Marcos Montes (PSD/MG) - empresário
- Mauro Lopes (PMDB) - empresário
- Misael Varella (DEM/MG) - empresário
- Odelmo Leão (PP/MG) – pecuarista*
- Renzo Pacheco (PMDB/MG) - advogado
- Stefano Aguiar (PSB/MG) - administrador de empresa
- Toninho Pinheiro (PP/MG) - empresário.

PARA – 03

- Helio Leite (DEM/PA) - corretor de Imóveis
- José Priante (PMDB/PA) - empresário
- Josue Bengtson (PTB/PA) - pastor evangélico

PARANÁ – 10

- Alfredo Kaefter (PSDB/PR) - empresário
- Dirceu Sperafico (PP/PR) – empresário*
- Edmar Arruda (PP/PR) - empresário
- Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) – economista*
- Nelson Meurer (PP/PR) - empresário
- Osmar Serraglio (PMDB/PR) - empresário
- Ricardo Barros (PP/PR) – empresário e professor
- Rubens Bueno (PPS/PR) - professor
- Valdir Rossoni (PSDB/PR) - empresário
- Alvaro Dias (PSDB-PR) - agricultor [senador]

PARAIBA - 04

- Efraim Filho (DEM/PB) - Advogada
- Wellington Roberto (PR/PB) - empresário
- Wilson Filho (PTB/PB) - empresário
- José Maranhão (PMDB/PB) - empresário [senador]

PERNAMBUCO - 03

- Bruno Araujo (PSDB/PE) - empresário.
- Fernando Coelho Filho (PSB/PE) - administrador empresa
- Gonzaga Patriota (PSB/PE) - empresário

PIAUI – 04

- Atila Lira (PSB/PI) - Empresário
- Julio César (PSD/PI) - produtor rural, empresário.
- Marcelo Castro (PMDB-PI) - empresário
- Elmano Ferrer de Almeida (PTB/PI) - servidor público [senador]

RIO DE JANEIRO - 03

- Leonardo Picciani (PMDB/RJ) - agropecuarista empresário*
- Altineu Cortes (PR/RJ) - produtor agropecuarista
- Fabiano Horta (PT/RJ) - médico veterinário

RIO GRANDE DO NORTE - 02

- Betinho Segundo (PP/RN) - empresário
- Fábio Faria (PSD/RN) - empresário

RIO GRANDE DO SUL - 07

- Afonso Hamm (PP/RS) - empresário
- Luiz Carlos Heinze (PP/RS) - empresário e produtor rural*
- Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) – Advogado*
- Ônix Lorenzoni (DEM-RS) - empresário, médico veterinário*
- Osmar Terra (PMDB/RS) - médico
- Renato Molling (PP/RS) – empresário

Rondônia - 05

- Lindomar Garçon (PMDA-RO) - comerciante
- Luiz Cláudio (PR/RO) - técnico em agropecuária
- Lucio Mosquini (PMDB/RO) - empresário
- Marinha Raupp (PMDB/RO) - psicóloga
- Alcir Gurgacz (PDT/RO) - empresário [senador]*

RORAIMA – 03

- Abel Galinha (PDT/RR) - empresário
- Shéridan (PSDB-RR)- psicóloga
- Telmário Mota (PDT/RR) contador [senador]

SANTA CATARINA - 05

- Esperidião Amin (PP/SC) - empresário
- Pedro Uczai (PT/SC) - professor universitário
- Ronaldo Benedet (PMDB/SC) - empresário

- Peninha (PMDB/SC) - agrônomo
- Valdir Colatto (PMDB/SC) – empresário*

SÃO PAULO - 06

- Duarte Nogueira (PSDB/SP) - Empresário, Agricultor pecuarista.
- Edinho Araujo (PMDB/SP) - Advogado.
- Eli Correa Filho (DEM/SP) - Empresário
- Miguel Haddad (PSDB/SP) - empresário
- Nelson Marquezelli (PTB/SP) – empresário*
- Sergio Reis (PRB/SP) - cantor compositor

TOCANTINS – 07

- Carlos Gaguim (PMDB/TO) - empresário
- Carlos Halum (PRB/TO) - médico veterinário
- Irajá Abreu (PSD/TO) – empresário e produtor rural
- Lázaro Botelho (PP/TO) - pecuarista e empresário
- Vicente Junior (PSB/TO) – empresário e pecuarista
- Katia Abreu (PMDB/TO) - empresária rural [senador]*
- Vicentinho Alves (SD/TO) - pecuarista e piloto comercial [senador]

Fonte: (DIAP:2014)

Considerações finais

Para finalizar gostaríamos de chamar a atenção o discurso patronal rural e agroindustrial que se apresenta cada vez mais marcado pela ideologia da competência técnica e da rentabilidade empresarial como solução para os problemas da sociedade brasileira, mas, sem abrir mão, quando necessário, da retórica da tradição justificadora da existência do latifúndio, do uso da terra como reserva de valor, da violência, do recurso à relações de trabalho similares ao trabalho escravo, dentre outros. Há um *habitus* social conservador “ruralista” profundamente enraizado, que não consegue se desvencilhar dos valores ligados ao patrimonialismo, ao clientelismo, embora, em alguns momentos apoiem pleitos considerados “progressistas”. Um discurso que carrega consigo uma visão essencialista pautado na ausência de alternativas históricas hoje expressas na defesa da inexorabilidade do agronegócio e no “destino” Brasil, celeiro do mundo. Uma concepção que naturaliza as lutas por terra e defesa do território e apaga as relações de poder onde as desigualdades são percebidas como inevitáveis.

Ou seja, grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindustriais são os arautos do pensamento conservador. Um conservadorismo marcado pela lógica da punição e

exigência de lealdade; pelo clientelismo político, a oligarquia, a tradição patrimonial, a dificuldade de separar o público do privado, a ideia de que haveria uma desigualdade natural entre as pessoas, a visão da propriedade da terra como direito absoluto, a defesa explícita da violência física e na negação de direitos¹⁰. Um pensamento que não é avesso à tecnologia e sim às demandas sociais e políticas historicamente instituídas a partir da Revolução Francesa – igualdade, soberania popular, cidadania, direitos da pessoa – que, segundo seus porta-vozes, atomiza a sociedade e destrói as elites.

Em um dos vídeos do Movimento Sou Agro, difundidos pela mídia, a atriz Giovana Antonelli abre uma geladeira repleta de alimentos e anuncia: “Você sabia que no Brasil todo mundo tem uma fazenda? A minha é só abrir a geladeira. Lá eu tenho o meu pomar. Gado de corte. A minha soja. Aqui eu tenho minha floresta. Até a roupa que eu visto vem da minha fazenda. A minha plantação de algodão. Na minha fazenda tem até canavial Eu amo essa fazenda chamada Brasil Sou agro Agro brasileira”, desqualificando, assim, a luta pela terra e por direitos.

Bibliografia de referência

BOURDIEU, Pierre. O senso prático. São Paulo: Vozes Ed, 2009.

BRUNO, Regina. Movimento Sou Agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. Composição. Revista eletrônica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, n.14, ano 8, junho de 2014.

_____. “Ruralidades e conservadorismo no Brasil”. Semana Acadêmica. Rio de Janeiro CPDA-UFRRJ, (mimeo) 2015.

_____. *Redes de Sociabilidade, Redes de Poder. Sobre os deputados federais da Bancada Ruralista no Congresso Nacional (Legislatura 2007-2011)* In: Bruno. Regina et. al. Um Brasil Ambivalente Mauad X: Seropédica EDUR, 2009

_____. *Representação de interesses patronais rurais e região: os parlamentares cearenses da bancada ruralista (Legislatura 2011-2015)*. Relatório de Pesquisa. Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico- FUNCAP. (Bolsa de pesquisador visitante - BPV) Universidade Federal do Ceará.2013

¹⁰Na Constituinte de 1988, os parlamentares identificados com a bancada ruralista votaram não apenas contra a reforma agrária, mas contra a redução da jornada de trabalho, a instituição de comissões de fábrica e de delegados sindicais e contra qualquer tipo de representação política das os trabalhadores. Votaram contra uma Constituição cidadã. Ver DIAP. Quem foi quem na Constituinte.

BRUNO, Regina, SEVÁ, Janaina, CARNEIRO, Olavo, “Grupos de Solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo” Relatório de pesquisa. REDES/MDA/IICA. Fevereiro, 281 pp, 2008.

BRUNO, Regina, SEVÁ, Janaina, CARNEIRO, Olavo B. Agronegócio, Patronato Rural e Representação. *Relatório Final de Pesquisa*. Rio de Janeiro. Convenio REDES-IICA-MDA/NEAD. 52 pp, 2008.

ELIAS, Norbert. Sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 2001

_____. Os Alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro. Zahar Ed. 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José (1991) “As representações empresariais da agricultura brasileira moderna: as disputas na transição para a democracia. Campinas, XXIX Congresso Brasileiro de Economia Rural. Anais da SOBER.

DIAP- Quem foi quem na Constituinte nas questões de interesse dos trabalhadores. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. São Paulo: Cortez Ed/Oboré , 1988

CARNEIRO, Olavo Brandão. (2008) “Tratoração – o alerta do campo: um estudo sobre as ações coletivas e patronato rural no Brasil”. Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ, dezembro.

DIAP. (2014) *Radiografia do novo Congresso. Legislatura 2015-2019*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Brasília/DF. Edição n. 6, Ano VI, 164 pp.

CASTILHO, Alceu Luiz.(2012) O Partido da Terra. Como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto Ed.

CORADINE, Odaci Luiz. (2010) *Frentes Parlamentares, Representações de Interesses e Alinhamentos Políticos*. Curitiba, v.18, n.36, p. 241-256, jun.

LACERDA, Elaine, Brasil Sistêmico: a ideologia sistêmica do agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG). Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/DDAS/UFRRJ), 2009.

MARTINS, José de Souza. (2011).A aliança entre o capital e propriedade da terra: a aliança do atraso. In: MARTINS, J. S. *A Política do Brasil lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto.

MENDONÇA, Sonia Regina de, (2010) O patronato rural no Brasil recente (1964/1993). Rio de Janeiro: Editora UFRJ..

OFFE, C.; WIESENTHAL, H. (1984). Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização. In: OFFE, C. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 56-118.

SEVA, J.T, BRUNO, R. CARNEIRO, O. (2014).“A mão que planta é a mesma que preserva”. Conflitos ambientais, desenvolvimento e meio ambiente na representação patronal rural e do agronegócio. ANPOCS.

VIGNA, Edécio. (2001)“Bancada Ruralista, um grupo de interesse”. *Argumento*. INESC-Brasília/DF, nº 08, p 01-52 , dezembro.

_____. (2007) Bancada ruralista. O maior grupo de interesse no Congresso Nacional. Brasília/DF, INESC outubro, Ano VII, n. 12, 16pp.

www.cna.org.br

www.diap.org.br

www.inesc.org.br

www.senado.gov.br